HAITONG

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 34.111.187/0001-12

Sede: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 9º andar , São Paulo/SP

Ouvidoria: 0800-7700668 - ouvidoria@haitongib.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

Apresentamos o relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 30 de junho de 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e normas regulamentares do Banco Central do Brasil.

MUDANÇA DO CONTROLE ACIONÁRIO

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco) é controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal).

Conforme amplamente divulgado, em agosto de 2015, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle acionário indireto do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. e de suas subsidiárias Haitong Securities do Brasil S.A. - CCVM e Haitong DTVM S.A. para a Haitong International Holdings Limited com sede em Hong Kong, subsidiária integral da Haitong Securities Co. Ltd, com sede em Xangai, China. O Banco e suas subsidiárias não sofreram alterações em sua estrutura societária no Brasil, permanecendo sob controle direto do Haitong Bank S.A.. Por fim, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança das denominações sociais do Banco e de suas subsidiárias em outubro de 2015.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A apresentou lucro líquido de R$ 21.314. O patrimônio líquido atingiu R$ 659.229 ao final do período, após considerar o resultado do semestre deduzidos dos juros sobre o capital próprio no montante de R$ 12.000. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Basiléia e normatizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 14,4% ao final do semestre no “Conglomerado Prudencial”, superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

O ativo total alcançou R$ 8.107.009 ao final do período. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos atingiram R$ 6.700.279 correspondente a 82,6% dos ativos totais.

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R$ 3.894.179, correspondente a 48,0% dos ativos totais, representada por 86,6% em títulos públicos e 13,4% em títulos de emissão privada. Dessa carteira, o Banco classificou 74,1% em “títulos para negociação”, 5,4% em “títulos disponíveis para venda” e 20,5% em “títulos mantidos até o vencimento”, em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Banco, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R$ 637.981, montante ligeiramente inferior ao patrimônio líquido final.

A carteira de crédito atingiu o saldo de R$ 646.301 ao final do período. Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R$ 333.477, atingiu o saldo de R$ 979.778 ao final do período. Dessa carteira de crédito, 94,9% das operações foram classificadas entre os níveis de risco “AA” a “C” em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. As parcelas vencidas totalizaram R$ 6.714 correspondente a 1,0% da carteira. A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R$ 29.107, correspondente 4,5% da carteira de crédito, montante superior ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2682. Adicionalmente, foi constituída provisão para cobrir outros riscos de crédito e contraparte no montante de R$ 9.849, que somada à provisão para crédito de liquidação duvidosa totalizaram R$ 38.956 na data do balanço.

Os recursos captados totalizaram R$ 6.663.094 ao final do período, sendo representados por: R$ 263.649 em depósitos interfinanceiros; R$ 1.808.092 em depósitos a prazo; R$ 4.253.294 em captações no mercado aberto; R$ 252.896 em repasses do BNDES e R$ 85.163 em letras financeiras, de crédito do agronegócio e certificados de operações estruturadas.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

São Paulo, 30 de agosto de 2016

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	2016	2015
Circulante	**6.578.182**	**3.168.128**
Disponibilidades	**8.544**	**30.427**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**2.176.210**	**27.029**
Aplicações no mercado aberto	2.006.694	21.003
Aplicações em depósitos interfinanceiros	169.516	6.026
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**3.691.967**	**2.490.052**
Carteira própria	494.680	458.478
Vinculados a compromissos de recompra	2.463.185	1.889.187
Vinculados à prestação de garantias	590.145	60.506
Instrumentos financeiros derivativos	143.957	81.881
Operações de crédito	**219.595**	**344.127**
Setor privado	232.160	346.531
Operações de crédito vinculadas à cessão	–	13.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.565)	(16.259)
Outros créditos	**478.075**	**273.592**
Carteira de câmbio	317.392	87.224
Rendas a receber	5.627	6.580
Negociação e intermediação de valores	36.493	47.932
Diversos	120.229	131.856
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.666)	–
Outros valores e bens	**3.791**	**2.901**
Despesas antecipadas	3.791	2.901
Realizável a longo prazo	**1.349.459**	**2.062.178**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**67.440**	**148.513**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	67.440	148.513
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**764.662**	**1.192.809**
Carteira própria	143.301	299.895
Vinculados a compromissos de recompra	193.142	240.251
Vinculados à prestação de garantias	9.726	618.820
Instrumentos financeiros derivativos	418.493	33.843
Operações de crédito	**299.730**	**521.142**
Setor privado	314.408	530.668
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.678)	(9.526)
Outros créditos	**216.518**	**198.479**
Rendas a receber	3.300	–
Diversos	213.416	198.671
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(198)	(192)
Outros valores e bens	**1.109**	**1.235**
Despesas antecipadas	1.109	1.235
Permanente	**179.368**	**176.653**
Investimentos	**157.406**	**156.667**
Participações em controladas no País	147.427	146.688
Outros investimentos	9.979	9.979
Imobilizado de uso	**21.761**	**19.635**
Outras imobilizações de uso	28.584	24.953
Depreciações acumuladas	(6.823)	(5.318)
Intangível	**201**	**351**
Ativos intangíveis	689	754
Amortização acumulada	(488)	(403)
Total	**8.107.009**	**5.406.959**

Passivo	2016	2015
Circulante	**6.076.186**	**3.426.692**
Depósitos	**1.231.933**	**891.166**
Depósitos interfinanceiros	60.149	35.548
Depósitos a prazo	1.171.784	855.618
Captações no mercado aberto	**4.161.965**	**1.878.469**
Carteira própria	2.501.102	1.878.469
Carteira livre movimentação	1.660.863	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	**54.438**	**345.983**
Recursos de letras financeiras, de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	48.691	345.983
Certificados de Operações Estruturadas	5.747	–
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	**22.746**	**29.964**
BNDES	14.095	20.898
FINAME	8.651	9.066
Instrumentos financeiros derivativos	**204.233**	**123.387**
Instrumentos financeiros derivativos	204.233	123.387
Outras obrigações	**400.871**	**157.723**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	15	19
Carteira de câmbio	321.864	86.846
Sociais e estatutárias	26.222	6.630
Fiscais e previdenciárias	42.091	19.815
Negociação e intermediação de valores	–	4.843
Diversas	10.679	39.570
Exigível a longo prazo	**1.370.907**	**1.324.357**
Depósitos	**839.808**	**474.476**
Depósitos interfinanceiros	203.500	19.746
Depósitos a prazo	636.308	454.730
Captações no mercado aberto	**91.329**	**172.744**
Carteira própria	91.329	172.744
Recursos de aceites e emissão de títulos	**30.725**	**13.497**
Recursos de letras financeiras, de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	30.725	13.497
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	**230.150**	**239.981**
BNDES	219.196	219.710
FINAME	10.954	20.271
Instrumentos financeiros derivativos	**65.894**	**313.362**
Instrumentos financeiros derivativos	65.894	313.362
Outras obrigações	**113.001**	**110.297**
Fiscais e previdenciárias	102.484	97.494
Diversas	10.517	12.803
Resultado de Exercícios Futuros	**687**	**848**
Rendas antecipadas	687	848
Patrimônio líquido	**659.229**	**655.062**
Capital - De domiciliados no País	420.000	420.000
Reservas de lucros	234.691	236.772
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.710)	(1.710)
Lucros acumulados	8.248	–
Total	**8.107.009**	**5.406.959**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido do semestre por ação)

	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	**953.384**	**403.447**
Operações de crédito	41.990	80.973
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	569.757	181.182
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	342.573	115.150
Resultado de operações de câmbio	(936)	26.142
Despesas da intermediação financeira	**(721.040)**	**(441.771)**
Operações de captação no mercado	(704.580)	(412.330)
Operações de empréstimos e repasses	(10.379)	(11.962)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	–	(4.204)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.081)	(13.275)
Resultado bruto da intermediação financeira	**232.344**	**(38.324)**
Outras receitas/ (despesas) operacionais	**(147.040)**	**12.422**
Receitas de prestação de serviços	7.517	17.826
Despesas de pessoal	(34.573)	(24.955)
Outras despesas administrativas	(16.186)	(14.691)
Despesas tributárias	(4.834)	(6.563)
Resultado de participações em controladas	(5.792)	(2.211)
Outras receitas operacionais	1.527	44.579
Outras despesas operacionais	(94.699)	(1.563)
Resultado operacional	**85.304**	**(25.902)**
Resultado não operacional	**(48)**	**(8)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**85.256**	**(25.910)**
Imposto de renda e contribuição social	**(63.236)**	**29.605**
Provisão para imposto de renda	(23.478)	13.895
Provisão para contribuição social	(16.593)	7.954
Ativo fiscal diferido	(23.165)	7.756
Participações no lucro	**(706)**	**(1.474)**
Lucro líquido do semestre	**21.314**	**2.221**
Número de ações	**127.338.665**	**127.338.665**
Lucro líquido do semestre por ação em R$	**0,17**	**0,02**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	**21.314**	**2.221**
Ajustes ao lucro líquido	**109.886**	**(28.046)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.081	13.541
Depreciação e amortização	1.278	(606)
Resultado de participações em controladas	5.792	2.211
Obrigações fiscais correntes e diferidas	42.769	(21.849)
Créditos tributários	23.165	(7.756)
Outras provisões operacionais	28.884	4.223
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1.917	(17.810)
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais	**1.106.998**	**731.363**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	18.306	11.752
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.177.492	381.735
Operações de crédito	106.656	418.374
Outros créditos	(199.870)	(79.880)
Outros valores e bens	4.414	(618)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais	**(16.817)**	**(687.632)**
Depósitos	538.863	(396.448)
Captações no mercado aberto	(519.582)	571.023
Recursos de aceites e emissão de títulos	(262.021)	(859.511)
Relações interdependências	–	(32)
Obrigações por empréstimos e repasses	(13.871)	(35.809)
Instrumentos financeiros derivativos	29.533	189.601
Outras obrigações	215.727	(155.470)
Resultados de exercícios futuros	(456)	(108)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.010)	(878)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	**1.221.381**	**17.906**
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(3.261)	(1.867)
Alienação de imobilizados de uso	407	294
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(2.854)**	**(1.573)**
Atividades de financiamentos		
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas	–	(32.137)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	–	(7.400)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	**–**	**(39.537)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	**(1.917)**	**17.810**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.216.610**	**(5.394)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	581.741	62.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.798.351	57.456
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.216.610**	**(5.394)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Capital	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Para Expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	**420.000**	**30.612**	**203.013**	**(2.384)**	**–**	**651.241**
Outros Eventos:						
Ajuste ao Valor de Mercado-Títulos disponíveis p/venda	–	–	–	(1.326)	–	(1.326)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	21.314	21.314
Destinações do lucro:						
Reserva legal	–	1.066	–	–	(1.066)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(12.000)	(12.000)
Saldos em 30 de junho de 2016	**420.000**	**31.678**	**203.013**	**(3.710)**	**8.248**	**659.229**
Saldos em 1º de janeiro de 2015	**420.000**	**30.106**	**212.245**	**(1.550)**	**–**	**660.801**
Outros Eventos:						
Realização de reservas	–	–	(5.579)	–	5.579	–
Ajuste ao Valor de Mercado-Títulos disponíveis p/venda	–	–	–	(160)	–	(160)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(5.579)	(5.579)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	2.221	2.221
Destinações do lucro:						
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(2.221)	(2.221)
Saldos em 30 de junho de 2015	**420.000**	**30.106**	**206.666**	**(1.710)**	**–**	**655.062**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

1) Contexto operacional

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco) é uma empresa controlada direta do Haitong Bank S.A. (nova denominação social do Banco Espírito Santo de Investimento S.A.), com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as de distribuição de títulos e de corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 12 de agosto de 2015, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle acionário indireto do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. e de suas subsidiárias Haitong Securities do Brasil S.A. - CCVM e Haitong DTVM S.A. para a Haitong International Holdings Limited com sede em Hong Kong, subsidiária integral da Haitong Securities Co. Ltd com sede em Xangai, China, conforme os termos do contrato de compra e venda firmado com o “Novo Banco” em dezembro de 2014. O Banco e suas subsidiárias não sofreram alterações em sua estrutura societária no Brasil, permanecendo sob controle direto do Haitong Bank S.A.. Por fim, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança das denominações sociais do Banco e de suas subsidiárias em 08 de outubro de 2015. Como parte da estratégia de negócios, foram mantidas as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US$ 177.669 mil (2015 US$ 184.448 mil) e US$ 97.550 mil (2015 US$ 94.876 mil), respectivamente.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/2009, para a contabilização das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de agosto de 2016. As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local. Essas demonstrações financeiras foram consolidadas nas demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco e sua dependência no exterior foram eliminados quando aplicável. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: **a)** Resolução nº 3566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), **b)** Resolução nº 3604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03), **c)** Resolução nº 3750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), **d)** Resolução nº 3823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), **e)** Resolução nº 3973/11 - Evento Subseqüente (CPC 24), **f)** Resolução nº 3989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10), **g)** Resolução 4007/11 - Evidenciação de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erros (CPC 23), **h)** Resolução nº 4144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) e **i)** Resolução nº 4424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33). Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Portanto, não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco.

3) Resumo das principais práticas contábeis

a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **b.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3068 (vide nota nº 6): **a)** Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **b)** Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e **c)** Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **c.** O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na BM&F Bovespa S.A. e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor de mercado, em conformidade com Circular BACEN nº 3082 (vide nota nº 7 “c”). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria “hedge de risco de mercado”. Esses operações de hedge têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas no resultado. **d.** As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682 (vide nota 8 “b”). **e.** As operações de venda ou transferência de um ativo financeiro são classificadas em três categorias distintas, conforme determina a Resolução CMN nº 3533: **a)** com transferência substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação; **b)** com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação e **c)** sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada (vide nota 8 “e”). **f.** Redução do valor recuperável (impairment) - É reconhecida uma perda por impairment se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. **g.** Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota nº 11). • Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos. • Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato. **h.** Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos, quando aplicável. **i.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 15), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823, sendo: • **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e • **Obrigações Legais** - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. **j.** As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15%, acrescidas de 10% acima de determinado limite, 15% até 31 de agosto de 2015; 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 14 “a” para IRPJ e CSLL). A Lei nº 13.169/15, alterou a Lei nº 7.689/88, elevando a alíquota da contribuição social para 20% referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 14 “b”). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **k.** As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

4) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3604, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O caixa e equivalentes de caixa, apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa compreendem:

	Semestre findo em 30 de junho 2016	Semestre findo em 30 de junho 2015
Disponibilidades	8.225	41.043
- Aplicações no Mercado Aberto	466.578	2.001
- Aplicações em Moeda Estrangeira	105.158	–
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.780	19.806
Total - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	573.516	21.807
No início do semestre	**581.741**	**62.850**
Disponibilidades	8.544	30.427
- Aplicações no Mercado Aberto	1.627.284	21.003
- Aplicações em Moeda Estrangeira	162.523	–
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	6.026
Total - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.789.807	27.029
No fim do semestre	**1.798.351**	**57.456**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.216.610**	**(5.394)**

5) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 2016	Total 2015
- NTN-B	142.670	–	–	–	142.670	–
- NTN-F	1.199.818	305.066	–	–	1.504.884	–
- LFT	–	–	–	–	–	7.003
- LTN	284.796	74.344	–	–	359.140	14.000
Aplicações no mercado aberto	1.627.284	379.410	–	–	2.006.694	21.003
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	6.993	67.440	–	74.433	154.539
Aplicações em moeda estrangeira	162.523	–	–	–	162.523	–
TOTAL em 30.06.2016 - R$	**1.789.807**	**386.403**	**67.440**	**–**	**2.243.650**	**–**
- %	**79,8%**	**17,2%**	**3,0%**	**–**	**100,0%**	**–**
TOTAL em 30.06.2015 - R$	**27.029**	**–**	**67.965**	**80.548**	**–**	**175.542**
- %	**15,4%**	**–**	**38,7%**	**45,9%**	**–**	**100,0%**

6) Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira

Títulos	30.06.2016 Livres	30.06.2016 Vinculadas	30.06.2016 Total	30.06.2015 Livres	30.06.2015 Vinculadas	30.06.2015 Total
LFT	74.897	1.304.414	1.379.311	–	27.397	27.397
LTN	238.159	1.623.699	1.861.858	423.401	2.495.964	2.919.365
NTN-B	20.331	106.734	127.065	–	11.484	11.484
NTN-F	3.979	–	3.979	–	–	–
Debêntures	181.741	69.127	250.868	218.344	64.959	283.303
Fundos de Investimentos	72.159	–	72.159	49.698	–	49.698
FIDC's (Cotas Sênior)	98	–	98	109	–	109
Aplicações em T.V.M. no exterior	23.858	142.498	166.356	40.552	208.959	249.511
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	–	9.726	9.726	11.860	–	11.860
Certificado de Recebíveis Imobiliários	13.714	–	13.714	14.410	–	14.410
Nota Promissória	9.045	–	9.045	–	–	–
TOTAL	**637.981**	**3.256.198**	**3.894.179**	**758.374**	**2.808.763**	**3.567.137**

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
LFT	–	–	–	–	320.831	1.058.480	1.379.311	1.378.931	27.397	27.392
LTN	–	26.736	364	163.101	1.102.544	–	1.292.745	1.284.779	2.215.324	2.210.319
NTN-B	–	1.975	29.034	13.904	67.351	14.801	127.065	127.206	11.484	11.795
NTN-F	–	–	–	3.979	–	–	3.979	3.993	–	–
Fundos de Investimentos	67.802	–	–	–	–	–	67.802	67.802	36.303	36.303
Certificado de Recebíveis Imobiliários	–	–	–	–	–	13.714	13.714	14.329	14.410	13.906
Total - Negociação (b.1)	**67.802**	**28.711**	**29.398**	**180.984**	**1.490.726**	**1.086.995**	**2.884.616**	**2.877.040**	**2.304.918**	**2.299.715**
Debêntures	–	–	62.396	76.971	18.041	30.160	187.568	193.800	170.464	173.214
Fundos de Investimentos	4.357	–	–	–	–	–	4.357	4.357	13.395	13.395
FIDC's (Cotas Sênior)	–	–	–	98	–	–	98	98	109	109
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	–	–	–	9.726	–	–	9.726	10.050	11.860	11.961
Notas Promissórias	–	–	9.045	–	–	–	9.045	9.235	–	–
Total - Disponíveis para Venda (b.2)	**4.357**	**–**	**71.441**	**86.795**	**18.041**	**30.160**	**210.794**	**217.540**	**195.828**	**198.679**
LTN	–	–	569.113	–	–	–	569.113	569.113	704.041	704.041
Debêntures	–	–	–	–	33.127	30.173	63.300	63.300	112.839	112.839
Aplicações em T.V.M. no exterior	–	18.483	–	112.260	20.432	15.181	166.356	166.356	249.511	249.511
Total - Mantidos até o Vencimento (b.3)	**–**	**18.483**	**569.113**	**112.260**	**53.559**	**45.354**	**798.769**	**798.769**	**1.066.391**	**1.066.391**
TOTAL em 30.06.2016 - R$	**72.159**	**47.194**	**669.952**	**380.039**	**1.562.326**	**1.162.509**	**3.894.179**	**3.893.349**	**–**	**–**
- %	**1,8%**	**1,2%**	**17,2%**	**9,8%**	**40,1%**	**29,9%**	**100,0%**	**–**	**–**	**–**
TOTAL em 30.06.2015 - R$	**49.698**	**1.457**	**90.722**	**664.254**	**2.460.044**	**300.962**	**–**	**–**	**3.567.137**	**3.564.785**
- %	**1,4%**	**0,1%**	**2,5%**	**18,6%**	**69,0%**	**8,4%**	**–**	**–**	**100,0%**	**–**

b.1. “Títulos para negociação”: O ajuste positivo dos títulos no montante de R$ 7.576 (2015 R$ 5.203), obtido entre os valores de custo de R$ 2.877.040 (2015 R$ 2.299.715) e de mercado R$ 2.884.616 (2015 R$ 2.304.918), foi registrado em conta adequada do resultado. **b.2.** “Títulos disponíveis para venda”: O ajuste negativo dos títulos no montante de R$ 6.746 (2015 R$ 2.851), obtido entre os valores de custo de R$ 217.540 (2015 R$ 198.679) e de mercado R$ 210.794 (2015 R$ 195.828), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos. **b.3.** “Títulos mantidos até o vencimento”: O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R$ 792.513 (2015 R$ 1.023.893). O valor de mercado dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor de mercado de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

7) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o intuito de atender às suas necessidades e às de seus clientes, bem como de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na BM&F Bovespa S.A. e no mercado de balcão. O gerenciamento e o monitoramento dos riscos envolvidos são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração. **a.** Gerenciamento de riscos: A Diretoria de Planejamento, Controle de Gestão e Riscos (DPCGR), através da área de Controle de Riscos, é responsável pelo gerenciamento e monitoramento dos riscos de mercado, de liquidez de crédito e de capital, mantendo uma estrutura integrada e independente, de forma que sejam atendidas as diretrizes definidas pela Administração. O Banco adota estratégias que visam a minimizar os riscos envolvidos nas suas operações e que estes sejam aderentes à sua política de gestão de riscos e aos objetivos propostos. • **Risco de mercado:** Trata da possibilidade de perda que um portfolio pode sofrer em função da oscilação de taxas, descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva detidas pelas empresas. Nesse ínterim, o gerenciamento do risco de mercado é efetuado através do monitoramento diário dos níveis de exposição perante os limites estabelecidos, valendo-se de instrumentos como o VaR (Value at Risk), análise de sensibilidade (V01) e stress testing. A metodologia para apuração do VaR baseia-se no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 98% para o horizonte de tempo de cinco dias, sendo as volatilidades calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, a exigência de capital para cobertura dos riscos é calculada diariamente em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil. • **Risco de liquidez:** O controle do risco de liquidez é feito pela área de Controle de Riscos enquanto que a estratégia de liquidez é definida pela Tesouraria, que avalia o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais. O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e liquidez, cujas posições são monitoradas cuidadosamente para um gerenciamento equilibrado quanto à exposição por moedas e prazos. Adicionalmente, o Banco se utiliza do fluxo de caixa projetado para o controle do risco de liquidez em atendimento as Resoluções vigentes, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de pagamento das despesas, o nível de atraso nas carteiras se houver e antecipação de passivos para um período mínimo de 365 dias. •**Risco de crédito:** trata do risco associado a um prejuízo potencial pelo não-cumprimento das obrigações futuras por parte de um cliente com o qual se mantém uma relação financeira direta ou indireta. O gerenciamento de riscos de crédito é feito através do monitoramento da qualidade dos riscos de nossa carteira envolvendo um alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. O Banco possui política de crédito aprovada pela Administração, na qual são traçados objetivos de segurança, qualidade e liquidez na aplicação de recursos, agilidade e rentabilidade dos negócios, de forma que se minimizem os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como da fixação de limites operacionais e/ou concessão de crédito. Para a execução da política de crédito, assumem papel importante o DPCGR e o Comitê de Crédito e Riscos (CCR) que deliberam sobre as proposições de negócios e as análises executadas pelos analistas de crédito. A metodologia do Banco passa por um processo de atribuição de rating aos clientes dos diferentes segmentos de risco. Essa classificação de risco baseia-se nas características de cada cliente e tem correlação direta com a probabilidade de inadimplência das suas obrigações junto ao Banco. O Banco possui política de Gestão de Risco de Crédito de acordo com a resoluções vigentes do Banco Central do Brasil e a área de Gestão de Risco de Crédito tem por objetivo a medição, o monitoramento e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco vis a vis aos limites pré aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Esse escopo de análise todas as operações, independente se classificadas ou não na carteira negociação. As referidas exposições a risco e posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância a risco são definidos e formalizados em Comitês específicos. As operações de credito e fianças totalizam R$ 979.778, distribuídas pelos seguintes principais setores: 27,5% energia elétrica, 22,4% agro alimentar, 11,2% Telecomunicações, 9,5% água e saneamento e 6,5% infra-estrutura e transportes. Dessa carteira, 66,2% das operações estão cobertas por garantias cedidas pelos clientes, as quais estão representadas principalmente por: 28,9% penhor, 24,9% alienação fiduciária, 1,0% carta de crédito, 29,1% avais e fianças de pessoas física e jurídica e 3,9% standy by letter of credit (responsabilidade transferida para o “Novo Banco”). • **Risco operacional**: a área de Compliance é responsável pelo gerenciamento de risco operacional do Conglomerado, mantendo uma estrutura independente e apta a identificar, avaliar e monitorar os riscos conceituados na Resolução CMN nº 3380. Considerada uma atividade fundamental para a geração de valor agregado foram desenvolvidas ações para a implementação da estrutura de gerenciamento de risco operacional que alcançam o modelo de gestão, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure em atendimento à referida Resolução. **b.** Gerenciamento de Capital:O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição, sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. De acordo com a legislação vigente, disposta na Resolução CMN nº 3988, o Banco possui sua estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a riscos. Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor de Planejamento, Controle de Gestão e Riscos - DPCGR, atualmente subordinado ao Presidente do Grupo no Brasil. As equipes de Controle de Riscos e Controle de Gestão, ambas inseridas nessa Diretoria, compõe a equipe técnica e operacional para o gerenciamento de capital do Haitong Brasil. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pelo Banco. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios (mínimo de três anos) e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. A política de gerenciamento de capital é revisada no mínimo anualmente ou sempre que circunstâncias regulatórias específicas sofram alterações. **c.** Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na BM&F Bovespa S.A., na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

	30.06.2016 Valores referenciais	30.06.2016 Valores de mercado Exposição líquida ativa/(passiva)	30.06.2016 Valores de custo atualizados Exposição líquida ativa/(passiva)	30.06.2015 Valores referenciais	30.06.2015 Valores de mercado Exposição líquida ativa/(passiva)	30.06.2015 Valores de custo atualizados Exposição líquida ativa/(passiva)
BGI	12.698	118	118	62.175	1.098	1.098
DDI	2.792.293	(1.951)	(1.951)	4.768.619	(4.518)	(4.518)
DI	9.878.612	3.180	3.180	13.318.508	(3.156)	(3.156)
DOLAR	1.619.812	7.118	7.118	1.045.702	2.684	2.684
EURO	–	–	–	868	9	9
OC1	2.913.485	(235)	(235)	9.662	–	–
Futuros - Compras e Vendas	**17.216.900**	**8.230**	**8.230**	**19.205.534**	**(3.883)**	**(3.883)**
PRÉ	38.630	(1.072)	522	134.712	1.234	4.875
DI	2.297.812	383.146	367.714	4.054.980	(368.605)	(350.496)
DOLAR	629.134	(24.771)	(21.496)	4.728.854	15.419	44.524
LIBOR	83.502	(3.242)	(173)	362.068	(4.056)	(255)
Swaps	**3.049.078**	**354.061**	**346.567**	**9.280.614**	**(356.008)**	**(301.352)**
EURO	132.415	4.082	5.065	26.291	(364)	(364)
DOLAR	1.690.870	(65.896)	(62.773)	651.562	33.825	37.087
LIBRA	6.978	(157)	(157)	6.128	(77)	(77)
REAL	–	–	–	25.983	218	218
Termo de Moedas	**1.830.263**	**(61.971)**	**(57.865)**	**709.964**	**33.602**	**36.864**
BOI	13.017	94	39	65.870	(765)	(3.695)
Termo de Commodities	**13.017**	**94**	**39**	**65.870**	**(765)**	**(3.695)**
EURO	–	–	–	194.151	290	290
DOLAR	15.965	132	577	12.937	2.929	2.910
AÇOES	3.263	144	208	–	–	–
Compra de opção de compra	**19.228**	**276**	**785**	**207.088**	**3.219**	**3.200**
DI	7.864.500	51	5.170	11.981.555	558	654
EURO	53.445	104	540	296.809	1.638	1.638
DOLAR	3.350	136	34	–	–	–
AÇOES	740	2	6	–	–	–
Compra de opção de venda	**7.922.035**	**293**	**5.750**	**12.278.364**	**2.196**	**2.292**
EURO	–	–	–	162.955	(316)	(316)
DOLAR	16.950	(200)	(901)	4.575	(2.826)	(240)
Venda de opção de compra	**16.950**	**(200)**	**(901)**	**167.530**	**(3.142)**	**(556)**
DI	7.861.000	(21)	(4.020)	1.988.944	(13)	(24)
EURO	52.962	(1)	(195)	34.678	(114)	(114)
DOLAR COE	–	(63)	(102)	–	–	–
AÇOES COE	–	(145)	(443)	–	–	–
Venda de opção de venda	**7.913.962**	**(230)**	**(4.760)**	**2.023.622**	**(127)**	**(138)**
Resumo:						
Swaps	3.049.078	354.061	346.567	9.280.614	(356.008)	(301.352)
Termo de Moedas	1.830.263	(61.971)	(57.865)	709.964	33.602	36.864
Termo de Commodities	13.017	94	39	65.870	(765)	(3.695)
Opções	15.872.175	139	874	14.676.604	2.146	4.798
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo - Passivo):		**292.323**	**289.615**		**(321.025)**	**(263.385)**
Futuros	**17.216.900**	**8.230**	**8.230**	**19.205.534**	**(3.883)**	**(3.883)**

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidação financeira diária. Os contratos de Swaps proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Em 30 de junho de 2016 a exposição total de risco de crédito em swaps de que trata o art. 1º item III da Circular BACEN nº 2770 totalizava R$ 973.316 (2015 R$ 748.344). Para a obtenção dos valores de mercado o Banco adotou os seguintes critérios: operações de futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a termo e de swaps estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços da BM&F Bovespa e/ou CETIP. **d.** Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento:

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 30.06.2016	Total 30.06.2015
Swaps (a)	(17.178)	(14.792)	12.287	16.565	357.179	354.061	(356.008)
Termo de moedas (a)	3.244	(17.366)	(22.760)	(20.505)	(4.584)	(61.971)	33.602
Termo de commodities (a)	–	–	94	–	–	94	(765)
Opções (a)	36	67	37	(5)	4	139	2.146
	(13.898)	(32.091)	(10.342)	(3.945)	352.599	292.323	(321.025)
Futuros (b)	2.648.033	3.264.825	2.433.478	1.291.285	7.579.279	17.216.900	19.205.534

(a) valores de exposição líquida e (b) valores de referência

8) Operações de crédito

Na data do balanço, a carteira de crédito atingiu R$ 646.301 (2015 R$ 1.070.476). Se incluído o saldo de R$ 333.477 (2015 R$ 527.996) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R$ 979.778 (2015 R$ 1.598.472).

a. Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento

	Parcelas a Vencer Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Parcelas vencidas De 15 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total 30.06.2016	Total 30.06.2015
Empréstimos - Indústria	8.380	29.780	39.062	1.676	2.580	–	–	–	81.478	248.124
Empréstimos - Comércio	14.348	18.107	7.430	–	–	–	–	–	39.885	44.138
Empréstimos - Outros Serviços	49.291	59.770	7.828	–	–	–	–	–	116.889	248.563
Empréstimos - Pessoas Físicas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4.438
Financiamentos - Indústria	24.978	7.903	34.229	20.216	107.295	789	1.734	859	198.003	188.258
Financiamentos - Comércio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5.000
Financiamentos - Outros Serviços	4.304	11.917	26.536	18.928	48.628	–	–	–	110.313	138.678
Operações de crédito cedidas - Outros Serviços	–	–	–	–	–	–	–	–	–	13.855
Total - Operações de Crédito	**101.301**	**127.477**	**115.085**	**40.820**	**158.503**	**789**	**1.734**	**859**	**546.568**	**891.054**
Créditos decorrentes de contratos de exportação										
- Indústria	76.548	–	–	–	19.853	–	3.332	–	99.733	164.188
- Comércio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	15.234
Total - Outros Créditos - Diversos (nota 10"a")	**76.548**	**–**	**–**	**–**	**19.853**	**–**	**3.332**	**–**	**99.733**	**179.422**
TOTAL em 30.06.2016 - R$	**177.849**	**127.477**	**115.085**	**40.820**	**178.356**	**789**	**5.066**	**859**	**646.301**	**–**
- %	**27,5%**	**19,7%**	**17,8%**	**6,3%**	**27,6%**	**0,1%**	**0,8%**	**0,2%**	**100,0%**	**–**
TOTAL em 30.06.2015 - R$	**206.831**	**251.876**	**352.450**	**64.572**	**186.860**	**2.276**	**4.013**	**1.598**	**–**	**1.070.476**
- %	**19,4%**	**23,5%**	**32,9%**	**6,0%**	**17,5%**	**0,2%**	**0,4%**	**0,1%**	**–**	**100,0%**

b. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa mínima exigida nos correspondentes níveis de risco conforme estabelecido na referida Resolução:

Níveis de Risco	%	30.06.2016 Saldo da Carteira Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Provisão Contábil	30.06.2015 Saldo da Carteira Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Provisão Contábil
AA	–	502.446	–	502.446	–	–	833.328	–	833.328	–	–
A	0,5	30.680	–	30.680	153	153	135.820	–	135.820	679	679
B	1,0	36.711	–	36.711	367	367	65.389	267	65.656	657	809
C	3,0	43.659	–	43.659	1.310	1.316	505	–	505	15	25
F	50,0	7.736	3.332	11.068	5.534	5.534	20.547	859	21.406	10.703	10.703
H	100,0	18.355	3.382	21.737	21.737	21.737	7.000	6.761	13.761	13.761	13.761
TOTAL		**639.587**	**6.714**	**646.301**	**29.101**	**29.107**	**1.062.589**	**7.887**	**1.070.476**	**25.815**	**25.977**

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2015 a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizava R$ 23.061, sendo movimentada no decorrer do semestre por: a) complemento R$ 6.264, b) reversão R$ 183 e c) desvalorização cambial R$ 35, atingindo o saldo final de R$ 29.107, correspondente a 4,50% (2015 2,43%) da carteira de crédito, e montante superior ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682. No decorrer dos 1º semestres de 2016 e 2015 não ocorreram recuperações e baixas de operações de crédito para prejuízo e o saldo das operações renegociadas no primeiro semestre de 2016 totalizou R$ 51.068 (2015 R$ zero).

d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas)

	30.06.2016 Montante	%	30.06.2015 Montante	%
. Maior devedor	146.069	14,9%	137.988	8,6%
. 10 maiores devedores	648.832	66,2%	817.789	51,2%
. 20 maiores devedores	839.654	85,7%	1.118.230	70,0%
. 50 maiores devedores	976.160	99,6%	1.517.582	94,9%
. Total da carteira	**979.778**	**100,0%**	**1.598.472**	**100,0%**

e. Cessão de crédito

No decorrer dos 1º semestres de 2016 e 2015 não foram realizadas operações de cessão de crédito. Em 30 de junho de 2015, a operação de cessão de crédito atingiu os saldos a pagar de R$ 14.013 (vide nota 10 “d”) e a receber de R$ 13.855 (vide nota 8 “a”). A referida cessão foi classificada na categoria “operação com retenção substancial de risco e benefícios” e o seu resultado foi reconhecido pelo critério “pro rata temporis” pelo prazo de cada contrato cedido, em conformidade com a Resolução CMN nº 3533.

9) Carteira de Câmbio

	Outros Créditos 30.06.2016	Outros Créditos 30.06.2015	Outras Obrigações 30.06.2016	Outras Obrigações 30.06.2015
Câmbio comprado a liquidar	204.336	63.617	–	–
Câmbio vendido a liquidar	–	–	210.637	57.958
Direitos sobre vendas de câmbio	116.001	23.607	–	–
(-) Adiantamentos em MN recebidos	(2.945)	–	–	–
Obrigações por compras de câmbio	–	–	111.227	28.888
TOTAL	**317.392**	**87.224**	**321.864**	**86.846**

10) Outros créditos e outras obrigações

a. Outros créditos - Diversos: compostos por créditos decorrentes de contratos de exportação (nota nº 8 “a”) R$ 99.733 (2015 R$ 179.422), créditos tributários de impostos e contribuições (vide nota 14 “b”) R$ 66.077 (2015 R$ 50.857), devedores por depósitos em garantia (nota nº 15) R$ 105.350 (2015 R$ 81.911), valor recuperável de instrumento de dívida a receber de empresa em processo de recuperação judicial R$ 40.365 (2015 R$ zero), impostos e contribuições a compensar R$ 4.130 (2015 R$ 6.928) e adiantamentos, pagamentos a ressarcir e devedores diversos R$ 17.990 (2015 R$ 11.409). **b. Outros créditos - Negociação e Intermediação de Valores (Ativo):** o saldo de R$ 36.493 (2015 R$ 47.932) está representado por depósitos em garantia realizados em bancos no exterior R$ 28.265 (2015 R$ 47.932) e pelas operações com ativos financeiros realizados na BM&F Bovespa S.A. R$ 8.228 (2015 R$ zero) cujas liquidações ocorrem até o terceiro dia útil subsequente à data do balanço. **c. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias:** compostas por provisão para imposto de renda diferido calculado sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos (nota 14 “b”) R$ 32.656 (2015 R$ 24.969), provisão para riscos fiscais (nota nº15) R$ 105.182 (2015 R$ 82.794), impostos e contribuições sobre o lucro R$ 2.405 (2015 R$ 6.220) e impostos e contribuições a recolher R$ 4.332 (2015 R$ 3.326). **d. Outras obrigações - Diversas:** compostas por obrigação assumida na cessão de operações de crédito com retenção substancial de risco (nota nº 8 “e”) no valor de R$ zero (2015 R$ 14.013), provisão para pagamentos a efetuar R$ 9.022 (2015 R$ 4.516), provisão para outros riscos de crédito e contraparte R$ 9.849 (2015 R$ 31.005) e credores diversos - país R$ 2.325 (2015 R$ 2.839).

11) Investimentos

Composta por Participações em Controladas R$ 147.427 (2015 R$ 146.688) e Outros Investimentos R$ 9.979 (2015 R$ 9.979), representados basicamente por ações de empresas de capital fechado.

	Haitong Securities do Brasil CCVM S.A.	Haitong do Brasil DTVM S.A.	Haitong do Brasil Participações Ltda.	TOTAL
Capital Social	100.000	19.375	40.780	
Patrimônio Líquido	88.330	5.751	53.346	
Lucro (Prejuízo) no semestre	(3.875)	(3.034)	1.117	
Quantidade de ações possuídas - ON	12.809.890	377.491.836	–	
Quantidade de ações possuídas - PN	12.528.520	–	–	
Quantidade de cotas possuídas	–	–	40.779.891	
% Participação	100,00%	100,00%	100,00%	
Resultado de equivalência patrimonial:				
. 1º Semestre 2016	**(3.875)**	**(3.034)**	**1.117**	**(5.792)**
. 1º Semestre 2015	**(2.200)**	**(1.597)**	**1.586**	**(2.211)**
Valor contábil dos investimentos:				
. em 30.06.2016	**88.330**	**5.751**	**53.346**	**147.427**
. em 30.06.2015	**93.591**	**2.241**	**50.856**	**146.688**

12) Recursos captados

a. Composição da carteira por prazos de vencimento

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 2016	Total 2015
. Interfinanceiros **(a)**	10.062	50.087	–	203.500	–	263.649	55.294
. A Prazo **(b)**	299.622	872.162	636.308	–	–	1.808.092	1.310.348
Depósitos	**309.684**	**922.249**	**636.308**	**203.500**	**–**	**2.071.741**	**1.365.642**
Captações no mercado aberto	3.796.453	365.512	–	85.597	5.732	4.253.294	2.051.213
Certificados de Operações Estruturadas	–	5.747	–	–	–	5.747	–
Letras de crédito do agronegócio **(c)**	45.678	–	–	–	–	45.678	133.196
Letras financeiras **(d)**	–	3.013	30.725	–	–	33.738	226.284
Obrigações p/Repasses (BNDES) **(e)**	4.289	9.806	34.215	39.135	145.846	233.291	240.608
Obrigações p/Repasses (FINAME) **(e)**	2.184	6.467	10.954	–	–	19.605	29.337
TOTAL em 30.06.2016 - R$	**4.158.288**	**1.312.794**	**712.202**	**328.232**	**151.578**	**6.663.094**	**–**
- %	**62,4%**	**19,7%**	**10,7%**	**4,9%**	**2,3%**	**100%**	**–**
TOTAL em 30.06.2015 - R$	**2.004.210**	**1.141.372**	**533.579**	**186.783**	**180.336**	**–**	**4.046.280**
- %	**49,5%**	**28,2%**	**13,2%**	**4,6%**	**4,5%**	**–**	**100,0%**

Em 30.06.2016 os recursos captados no País possuíam as seguintes características: **a)** Depósitos interfinanceiros com vencimentos até agosto de 2020, indexados à variação do DI; **b)** Depósitos a prazo negociados a taxa prefixada até 19,06% a.a., com vencimentos até janeiro de 2019 e indexados à variação do DI e IPCA com vencimentos até julho de 2018; **c)** Letras de crédito do agronegócio emitidas com vencimento até setembro de 2016 e indexados à variação do DI; **d)** Letras financeiras emitidas com vencimento até junho de 2018, basicamente indexados à variação do DI e IPCA; e **e)** Obrigações para repasses (BNDES) com vencimentos até março 2034 basicamente indexados à variação da TJLP acrescidos de juros até 7,4% a.a..

b. Concentração dos Depósitos (incluem depósitos interfinanceiros e a prazo)

	30.06.2016 Montante	%	30.06.2015 Montante	%
. Maior depositante	543.128	26,2%	262.539	19,2%
. 10 maiores depositantes	1.616.753	78,0%	995.150	72,9%
. 20 maiores depositantes	1.813.009	87,5%	1.168.620	85,6%
. 50 maiores depositantes	1.986.685	95,9%	1.308.398	95,8%
. Total de Depósitos	**2.071.741**	**100,0%**	**1.365.642**	**100,0%**

13) Patrimônio Líquido

a. Capital Social: composto por 127.338.665 ações nominativas, sendo 63.669.344 ações ordinárias e 63.669.321 ações preferenciais, sem valor nominal. **b. Dividendos:** o Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Para as ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97. Em 30 de junho de 2016, os juros sobre o capital próprio totalizaram R$ 12.000 (2015 R$ 7.800), correspondendo aos valores brutos de R$ 0,089749421 por ação ON e R$ 0,098724363 por ação PN, sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo(TJLP) sobre as contas do patrimônio líquido nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. A adoção do pagamento desses juros sobre capital próprio reduziu as obrigações fiscais de CSLL e IRPJ correntes em aproximadamente R$ 5.400 (2015 R$ 3.120). Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular BACEN nº 2739/97 e em atendimento às disposições fiscais. **c. Reservas de Lucros:** A Reserva para Expansão é constituída com o objetivo de amparar futuros planos de investimentos conforme previsto em orçamento de capital, e será utilizada para compensar prejuízos, quando houver, ou aumentar o capital social. Do lucro líquido do exercício, 5% se aplicam na constituição da Reserva Legal, que não deve exceder 20% do capital.

14) Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	2016 Imposto de Renda	2016 Contribuição Social	2015 Imposto de Renda	2015 Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**87.954**	**87.954**	**(25.910)**	**(25.910)**
Adições / (Exclusões) Permanentes e Temporárias	**(72.346)**	**(70.062)**	**42.928**	**45.253**
. Despesas não dedutíveis	617	630	854	1.650
. Provisões Indedutíveis	38.223	38.223	20.863	19.711
. Equivalência Patrimonial	3.094	3.094	2.211	2.211
. Resultado de Filial no exterior	67.250	67.250	(50.160)	(50.160)
. Juros sobre capital próprio	(15.250)	(15.250)	(7.800)	(7.800)
. Participações no lucro	(706)	(706)	(1.474)	(1.474)
. Ajuste de TVM e derivativos ao valor de mercado	(163.303)	(163.303)	81.486	81.486
. Outras adições / (exclusões)	(2.271)	–	(3.052)	(371)
Base de cálculo dos encargos	**15.608**	**17.892**	**17.018**	**19.343**
Total dos encargos devidos no período	**(3.837)**	**(3.578)**	**(4.197)**	**(2.901)**
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(12.759)	(10.406)	4.848	2.908
(Constituição) Reversão de IRPJ e CSLL Diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(19.641)	(13.015)	18.092	10.855
IRPJ e CSLL Debitados ao Resultado	**(36.237)**	**(26.999)**	**18.743**	**10.862**

b. Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas

Movimentação no 1º sem 2016	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 30.06.2016	Saldo em 30.06.2015
Provisão para devedores duvidosos	10.289	2.809	–	13.098	10.391
Créditos baixados para prejuízo	5.557	–	–	5.557	8.617
Provisão para riscos de crédito	5.173	11.200	–	16.373	8.010
Provisão para riscos fiscais	24.083	1.599	–	25.682	23.260
Ajuste negativo de vr. de mercado de Títulos - Disponíveis para Venda	40.286	1.085	(38.334)	3.037	–
Outros créditos tributários	2.768	1.124	(1.562)	2.330	579
TOTAL Créditos Tributários	**88.156**	**17.817**	**(39.896)**	**66.077**	**–**
TOTAL Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. de mercado de Títulos, Derivativos e Itens objeto de hedge)	**–**	**32.656**	**–**	**32.656**	**–**
TOTAL Posição Líquida	**88.156**	**(14.839)**	**(39.896)**	**33.421**	**–**
Movimentação no 1º sem 2015					
TOTAL Créditos Tributários	**43.100**	**8.830**	**(1.073)**	**–**	**50.857**
TOTAL Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. de mercado de Títulos, Derivativos e Itens objeto de hedge)	**54.022**	**–**	**(29.053)**	**–**	**24.969**
TOTAL Posição Líquida	**(10.922)**	**8.830**	**27.980**	**–**	**25.888**

O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R$ 33.421 (2015 R$ 25.888) correspondente a 5,1% (2015 4,0%) em relação ao patrimônio líquido final. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 66.077 (2015 R$ 50.857) representando 10,0% (2015 7,7%) do patrimônio líquido final, sendo registrado no grupo “Outros Créditos - Diversos” (vide nota 10 “a”). A constituição desses créditos tributários está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R$ 32.656 (2015 R$ 24.969) foram calculadas sobre os ajustes positivos de valor de mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, sendo registrado na rubrica “Fiscais e Previdenciárias” do grupo “Outras Obrigações” (vide nota 10 “c”). A Administração, após considerar as provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas, estima que a realização desses créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	Créditos Tributários Montante	%	Obrigações Diferidas Montante	%	Posição Líquida Montante	%
2016	19.046	28,8%	(11.981)	-36,7%	31.027	92,7%
2017	8.001	12,1%	8.827	27,0%	(826)	-2,5%
2018	10.787	16,3%	(2.636)	-8,1%	13.423	40,2%
2019	489	0,8%	7.357	22,5%	(6.868)	-20,5%
2020	26.985	40,8%	5.912	18,1%	21.073	63,1%
a partir de 2021	769	1,2%	25.177	77,2%	(24.408)	-73,0%
	66.077	**100,0%**	**32.656**	**100,0%**	**33.421**	**100,0%**

Em 30 de junho de 2016 e 2015 inexistiam créditos tributários não ativados e o valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic monta em R$ 60.565 (2015 R$ 45.979).

15) Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. **a.Obrigações Legais:** referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, com destaque para: **a)** o recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R$ 103.680 (2015 R$ 81.292) e R$ 103.841 (2015 R$ 80.402), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC. Em 31.12.2015 a provisão totalizava R$ 93.289, sendo complementada no decorrer do semestre por novas obrigações R$ 3.995 (2015 R$ 4.413) e por atualização R$ 6.396 (2015 R$ 4.367), atingindo o saldo final de R$ 103.680, cujo montante ampara integralmente o risco decorrente dessas obrigações. **b)** cobrança de supostos créditos tributários de IRPJ, IRRF e PIS, cujos valores foram depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional cujos saldos de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R$ 1.502 (2015 R$ 1.502). **b.Passivos Contingentes:** A controlada Haitong Securities do Brasil S.A. - C.C.V.M. possuía as seguintes principais contingências fiscais em discussão na esfera administrativa, no montante total de R$ 48.127, as quais foram avaliadas como de “perda possível” pelos nossos assessores legais, sendo desnecessária a sua provisão: **a)** cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP no valor de R$ 18.635, e **b)** cobrança de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP no valor de R$ 29.492. No início de 2015, a Administração, junto com seus assessores legais, avaliou as condições e benefícios para o pagamento e parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao IRPJ e à CSLL decorrentes de ganho de capital ocorrido até 31 de dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos, de que trata o art. 42 da Lei nº 13.043 de 13.11.2014 e sua nova redação dada pelo art. 145 da Lei nº 13.097 de 19.01.2015. Com base nessa avaliação, a controlada desistiu dos processos em discussão na esfera administrativa e, em fevereiro 2015, aderiu ao programa com pagamento à vista desses débitos no valor de R$ 15.249, cujo montante encontrava-se totalmente provisionado em dezembro 2014. É entendimento dos nossos assessores legais que os cálculos e o correspondente valor pago foram homologados pela Receita Federal do Brasil. No Banco existem outras contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de “perda possível”, representadas principalmente por: a) previdenciárias - R$ 7.528: processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias em que o Banco entende não integrar o salário de contribuição (períodos de 2008 a 2012), b) fiscais - R$ 941: processo administrativo relativo a compensação de bases negativas na apuração da CSLL do ano base 2008 e c) trabalhistas - R$ 5.146: ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas.

16) Transações entre partes relacionadas

a. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

		Ativos/(Passivos) 30.06.16	Ativos/(Passivos) 30.06.15	Receitas/(Despesas) 30.06.16	Receitas/(Despesas) 30.06.15
Rendas a receber		**–**	**3.956**	**–**	**3.956**
Haitong Bank S.A. (Lisboa)	Controlador direto	–	3.956	–	3.956
Direitos/(Obrigações) por compra de câmbio		**–**	**1.129**	**–**	**–**
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	Controlada	–	1.129	–	–
Depósitos interfinanceiros		**–**	**(19.746)**	**–**	**(1.861)**
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	Controlada	–	(19.746)	–	(1.861)
Depósitos a prazo		**(19.367)**	**(32.100)**	**(1.367)**	**(2.009)**
Espírito Santo Investimentos S.A.	Controlada	(6.538)	(20.254)	(515)	(1.250)
Haitong do Brasil Participações Ltda.	Controlada	(12.829)	(11.846)	(852)	(759)
Captações no mercado aberto		**(23.060)**	**(21.730)**	**(2.289)**	**(724)**
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	Controlada	(23.060)	(21.730)	(2.278)	(724)
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A.		–	–	(11)	–
Diferencial de “swap” a receber/ (a pagar)		**(1.018)**	**(2.596)**	**(813)**	**(1.188)**
Haitong Investment Ireland Plc. (Irlanda)	Ligada	(1.018)	(2.596)	(813)	(1.188)
Dividendos e JCP a pagar		**(20.978)**	**(5.304)**	**–**	**–**
Haitong Bank S.A. (Lisboa)	Controlador direto	(20.978)	(5.304)	–	–
Serviços prestados a pagar		**–**	**(2)**	**–**	**(15)**
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A.	Controlada	–	(2)	–	(15)
(Credores)/Devedores - conta liquidações pendentes		**8.228**	**(3.712)**	**(650)**	**(477)**
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.	Controlada	8.228	(3.712)	(650)	(477)

b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados “pessoal-chave”, totalizaram R$ 4.283 no 1º semestre de 2016 (2015 R$ 3.172). O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal - chave da Administração.

17) Outras informações

a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros previstos pelo arcabouço definido por Basiléia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais resiliente a crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre o patrimônio líquido de referência e o patrimônio líquido exigido e os riscos médios ponderados (RWA):

	Consolidado
. Capital Principal	658.165
. Patrimônio de Referência - Total	**658.165**
. RWA - risco de crédito	241.809
. RWA - risco de mercado	193.234
. RWA - risco operacional	15.071
. Patrimônio de Referência exigido	**450.114**
. Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	609
. Excesso de PR	**207.442**
. % Índice em 30.06.2016	**14,4%**
. % Índice em 30.06.2015	**16,5%**

A Razão de Alavancagem (RA), cujo índice é apurado em bases consolidadas entre a relação do valor Nível I do Patrimônio de Referência (PR) e Exposição Total, em 30 de junho de 2016 atingiu 6,85%, sendo o PR Nível I de R$ 658.165 e a Exposição total de R$ 9.609.039. **b.** Receitas de prestação de serviços: composta por receitas de assessoria técnica especializada R$ 3.146 (2015 R$ 12.779); rendas de garantias prestadas R$ 4.326 (2015 R$ 4.976) e outras receitas de tarifas, comissão pela colocação e intermediação de títulos R$ 45 (2015 R$ 71). **c.** Outras despesas administrativas: composta por despesas com serviços do sistema financeiro R$ 3.144 (2015 R$ 2.164); de comunicações R$ 2.203 (2015 R$ 1.939); serviços de terceiros e técnicos especializados R$ 1.792 (2015 R$ 1.774); aluguéis e condomínio R$ 3.121 (2015 R$ 3.640); processamento de dados e informática R$ 1.788 (2015 R$ 1.457); com viagens R$ 941 (2015 R$ 612); depreciações e amortizações R$ 1.239 (2015 R$ 1.192) e outras despesas R$ 1.958 (2015 R$ 1.913). **d.** Despesas tributárias: composta por despesas com tributos federais (PIS, COFINS, IOF) R$ 4.201 (2015 R$ 5.463), estaduais R$ 70 (2015 R$ 31) e municipais (ISS, IPTU) R$ 563 (2015 R$ 1.069). **e.** Outras receitas operacionais: composta basicamente pela variação cambial positiva de investimentos em dependência no exterior R$ zero (2015 R$ 41.040), por receitas financeiras R$ 1.527 (2015 R$ zero), pela reversão de provisões R$ zero (2005 R$ 1.791) e pelo recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de ações R$ zero (2015 R$ 1.302). **f.** Outras despesas operacionais: composta basicamente pela variação cambial negativa de investimentos em dependência no exterior R$ 67.700 (2015 R$ zero), pela baixa de valores a receber por prestação de serviços R$ zero (2015 R$ 1.152) e pelo complemento de provisão para risco de crédito R$ 24.889 (2015 R$ 76).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde
Presidente

Alan do Amaral Fernandes
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria
Hugo Antonio Villalobos Velasco
Poon Mo Yiu
Yong Lin

DIRETORIA

Alan do Amaral Fernandes
Presidente

Carlos José Caetano Guzzo
Vice-Presidente

Fabio de Souza Queiroz Ferraz
Diretor Executivo

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria
Diretor Executivo

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
Miguel Antonio Von Rechberg Lins
Roberto Fonseca Simões Filho
Silvan Barros Suassuna

CONTADOR

Marcos Tetsuo Takeda
Contador - CRC-1SP197374/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 19 de agosto de 2015, contendo ênfase quanto ao contexto operacional e à reorganização societária conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras.

São Paulo, 30 de agosto de 2016

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8